

5

Entrando em Campo: a Questão, o Contexto Físico e Social, os Sujeitos e os Procedimentos

5.1

A Questão

Novas tecnologias da escrita e recepção de textos trouxeram um novo significado para as ações de “ler” e “escrever”. Internet, correio eletrônico, páginas Web, hipertexto, estão introduzindo mudanças profundas e aceleradas na maneira de nos comunicarmos e recebermos informações. Outras escritas e outras leituras são incorporadas ao nosso cotidiano a partir da tecnologia dos computadores pessoais. São alterações que transformam, ao mesmo tempo, já disse Chartier (1998), além das maneiras de ler e de escrever, também as relações entre as pessoas envolvidas com o mundo da escrita, assim como as operações intelectuais utilizadas na realização destas ações. Em outras palavras, a revolução do texto eletrônico é, para este autor, tanto uma revolução da técnica de produção e reprodução de textos, quanto do veículo da escrita e, ainda, uma revolução das práticas de leitura, daí a sua diferença em relação às mudanças anteriores, como a que ocorreu séculos atrás, quando da invenção da imprensa, por exemplo.

A tecnologia dos computadores pessoais, cada vez mais numerosos e disseminados, vem desenvolvendo novas linguagens, estratégias e possibilidades, transformando os contextos em que se escreve e o que se escreve. Para Vinão Frago (1999), que analisa, através de uma perspectiva histórica, as mudanças produzidas pela invenção, uso e generalização da escrita, a videoescrita representa um marco, assim como foi a invenção da imprensa, séculos atrás. São transformações importantes, uma vez que a escrita, é, para ele, instrumento de expressão, compreensão, e pensamento da realidade, ou seja, ela é uma ferramenta que produz e reestrutura o pensamento.

A comunicação eletrônica dá aos textos uma maleabilidade e uma abertura desconhecidas anteriormente. A escrita na tela é polifônica, hipertextual, num processo ininterrupto e coletivo. A rede disponibiliza uma multiplicidade de textos, cujas funções são variadas: documentária, epistolar, literária, didática etc.

Praticamente para todos os assuntos, há uma infinidade de discursos disponíveis, ficando a cargo do leitor a seleção dos que interessam.

A transmissão eletrônica de textos, também modifica a nossa noção de contexto, quando substitui a existência física de vários textos juntos, presentes num mesmo objeto (por exemplo, um livro, uma revista), pela distribuição nas arquiteturas lógicas da rede (banco de dados, arquivos eletrônicos), que tornam possível o acesso à informação.

A capacidade do leitor de intervir no texto que está sendo lido, também sofre mudanças a partir da textualidade eletrônica. Pelo formato, estrutura e espaço disponíveis, o livro, como objeto impresso, impõe ao leitor uma margem de intervenção mínima. Se ele desejar fazer algumas anotações, só é possível fazê-lo nas margens ou nos espaços em branco deixados pela impressão tipográfica. Com o texto no formato digital isto muda radicalmente. O leitor frente à tela, tem agora, o poder de modificar o texto no momento em que desejar e da forma que quiser. Pode recortar trechos, copiar e colar, isto é, fazer uma nova edição. A figura do leitor, desta forma, confunde-se com a do autor, na medida em que, a escrita eletrônica, permite que aquele que lê interfira diretamente no texto, fazendo deslocamentos e transformações na própria tela, enfim, reescrevendo-o. Desta forma, o leitor pode ser, no mundo eletrônico, co-autor. Na cultura impressa é possível distinguir, sem dificuldades, quem é o autor e quem é o leitor; quem escreve e quem lê. Na cultura digital, um texto pode ter muitos autores, assim como um leitor pode construir um novo texto com trechos retirados de outros, numa construção, muitas vezes, ininterrupta. Alteram-se, assim, a noção de autoria, os discursos podem ser produzidos e transmitidos sem a necessidade da identificação e atribuição deste papel a alguém. Para Chartier (2003), o apagamento desta figura, o autor, gera confusão quanto às categorias jurídicas conhecidas até então, como direitos autorais e propriedade literária. Esta é uma discussão que vem ocorrendo entre os estudiosos do assunto mas, por enquanto, não há decisões firmadas a respeito.

A conexão na rede mundial de computadores, a Internet, também modificou a leitura. Ler, na tela do computador, é fazer um recorte próprio, uma edição particular e única, uma vez que, cada texto, remete a vários outros e, dificilmente, os caminhos percorridos numa determinada leitura serão repetidos, exatamente iguais, em outro momento. É a leitura hipertextual, de natureza

fragmentária, recortada, onde cada texto abre conexões para vários outros, que podem estar relacionados ou não, com o texto inicial. De maneira diferente, a estrutura do texto impresso é linear e seqüencial, cada objeto dado a ler – livro, revista, jornal – tem um início, meio e fim perfeitamente identificável e visível.

Os efeitos desta nova revolução tecnológica se disseminam com rapidez, o que, por si só, já é uma característica do próprio meio, e penetram o cotidiano, influenciando a forma de perceber, organizar e viver. Para alguns, a dificuldade de entender e lidar com estas mudanças tem gerado um sentimento de confusão e inadequação. Para outros, fica difícil imaginar a vida sem a mediação destas novas tecnologias.

Particularmente no contexto da universidade e, mais especificamente, no universo docente, a questão central a ser investigada é: **como o uso do computador e da Internet vêm afetando o cotidiano de trabalho destes professores no que se refere às suas práticas leitoras e escritoras?** Paralelas a esta questão, surgem outras: quais as práticas de escrita à mão e de escrita eletrônica? Que significados dão a estes gestos? Quais os usos do computador e da Internet no contexto de trabalho na universidade? Quais as práticas de leitura nos impressos e na Internet?

Para responder tais perguntas, pretendo trabalhar com representações e práticas, enfatizando o relacionamento dos discursos proferidos com o lugar de onde eles partem. Como já foi mencionado, trata-se, então, de investigar as representações e práticas de leitura e escrita, ligada à cultura manuscrita, impressa e digital, entre os professores universitários, para captar o seu ponto de vista. Pretendo pedir que estes professores, através de um esforço de memória, façam um contraponto entre o modo como desenvolviam suas práticas leitoras e escritoras antes da chegada dos computadores e da Internet em seus departamentos, e o modo como fazem hoje, utilizando estes recursos. Neste sentido, pretendo entrevistar professores que tenham presenciado este processo de mudança em seus departamentos, quando foram instalados os computadores pessoais ligados à rede.

Um outro ponto que deverá ser levado em consideração no estudo proposto, diz respeito à prática da escrita à mão. Verificamos, através de pesquisa anterior (Dauster et al., 2005), que, para alguns professores, ela é necessária na produção de textos acadêmicos mais densos, uma vez que um rascunho prévio no

papel, ajuda a pensar e elaborar as idéias. Além disto, é expressiva de um gosto estético, um exercício prazeroso. Em oposição a esta idéia, e ainda na pesquisa anterior, um dos professores entrevistados disse que, praticamente, não escreve mais à mão, declarou ter “perdido a lógica” da escrita manuscrita, pois faz tudo na tela. Fica, então, a pergunta: Por quê se dá esta diferença? Com a expansão das novas tecnologias da escrita, será que o exercício de escrever à mão está em declínio? Quais as representações da escrita à mão?

Sabemos que o manuscrito, praticado há milênios, é a forma mais antiga e universal de registro escrito. Tido como uma marca pessoal, distintiva, a escrita à mão é reveladora de uma individualidade, na medida em que, cada uma de nós tem uma “letra” própria, diferente das dos demais. A grafologia, ciência que interpreta a escrita, considerada como uma expressão da personalidade é, muitas vezes, acionada pela ciência jurídica, para analisar traços da escrita de um indivíduo como prova material de sua identidade. Assim, escrever à mão pode significar uma tentativa de deixar sua marca pessoal no mundo, escapar da padronização da escrita eletrônica que a todos iguala.

Uma outra questão relacionada à disseminação da nova tecnologia, é que ela vem alterando, também, as relações de trabalho, sob vários aspectos. O trabalho em rede é um destes. Com a possibilidade do contato virtual com várias pessoas ao mesmo tempo, a tarefa de confecção de um artigo em equipe, por exemplo, não requer mais a reunião física de todos os envolvidos, basta que enviem sua produção por via eletrônica e façam os acertos para o texto final. Deste modo, com o trabalho sendo feito, inúmeras vezes, também no ambiente de casa ou do lazer, ficam alteradas as relações entre o público e o privado, com este último perdendo terreno para o domínio público, aqui representado pelo mundo do trabalho.

Um outro aspecto relaciona-se aos constrangimentos devidos às dificuldades em lidar com a nova tecnologia digital, isto é, o desconhecimento do uso operacional da máquina – computador. O professor que não domina, ainda, os conhecimentos necessários para o manuseio do aparelho, mesmo tendo anos de formação acadêmica, possuindo títulos de mestre e doutor, vê-se, novamente, na condição de aprendiz. Precisa da ajuda e supervisão daqueles que dominam o equipamento informático, geralmente jovens funcionários, que, praticamente, já nasceram em uma sociedade informatizada, em outras palavras, já estão imbuídos

desta nova lógica digital. Os professores universitários, mesmo aqueles mais jovens, tomaram contato com a informatização mais tarde, e precisam muitas vezes, portanto, desvincular-se de uma antiga lógica para começar a operar com outra, no ato da leitura e da escrita. Como já foi dito, essa lógica “antiga” ligada aos impressos, não é abandonada e apagada do repertório cognitivo dos indivíduos, ela é acionada sempre que a leitura assim o necessitar, numa convivência nem sempre harmoniosa, com a nova lógica ligada ao texto eletrônico. Como os professores vêm lidando com estas dificuldades? Como se instrumentalizam para usar o computador? Estas são faces da minha problemática

5.2 O Contexto Físico e Social

Tal qual a pesquisa institucional, meu campo empírico situa-se na mesma universidade particular, de orientação religiosa, localizada na zona sul da cidade do Rio de Janeiro.

Uma característica deste *campus* universitário é que ele concentra todas as áreas disciplinares – Ciências Humanas, Sociais e Tecnológicas – num mesmo espaço físico. Os professores, na pesquisa anterior, elogiaram esta proximidade, pois entendem que favorece uma troca entre as várias disciplinas nos encontros informais que acontecem pelo *campus*, “na hora do cafezinho” e do lanche, por exemplo.

A universidade foi a pioneira, no Brasil e América Latina, na utilização de computadores. Segundo dados divulgados em um jornal interno, em 1960, foi instalado no campus, um Borroughs 205, o primeiro computador a funcionar em uma instituição de ensino brasileira. Era um computador de grande porte e ocupava uma área de quase 200 metros quadrados. Em 1968, foi construído o primeiro grande centro de computação voltado para o ensino e pesquisa, operando, na época, um IBM 7044. Deste ano até hoje, muitas mudanças aconteceram com vistas à informatização. Atualmente todos os departamentos e centros, além do setor administrativo estão informatizados. A universidade possui um Centro de Processamento de Dados que disponibiliza, mediante inscrição prévia, acesso aos terminais de computadores e Internet, além de cursos de

atualização em informática. Em alguns pontos do *campus* é possível conectar-se à rede através da tecnologia *wi-fi*, a conexão sem fio.

O contexto universitário onde foi realizada a investigação, como foi dito, é bastante familiar, pois é o local onde estudo, venho pesquisando, e por onde circulo quase todos os dias. Foi feito, então, um esforço no sentido de observar e, ao mesmo tempo, “estranhar” este familiar (Velho, 1978). Mas, como diz o autor, “familiaridade e proximidade física não são sinônimos de conhecimento”. Embora conheça alguns professores, não conheço muitos outros e, mesmo partilhando um ambiente universitário, nem por isso significa dizer que conheço as suas formas de classificar e organizar suas experiências profissionais ou seus pontos de vista e práticas sobre o tema em questão.

5.3 Os Sujeitos

Antes de falar, propriamente, dos sujeitos da pesquisa, gostaria de enfatizar alguns critérios que nortearam a escolha do grupo. O primeiro critério diz respeito ao tempo de trabalho na universidade. Optei por entrevistar professores que já estivessem lecionando no local antes da chegada dos computadores aos seus departamentos. Desta forma eles teriam condições de falar de um antes e depois da tecnologia. Os professores entrevistados foram indicados a partir de um sistema de redes. Isto é, a cada entrevistado eu pedia a indicação de um colega. A categoria de gênero não foi definida como um critério de recrutamento, assim, a composição do grupo se deu em função das indicações, e não de um número equilibrado entre homens e mulheres. Os indicados deveriam ter contato com a tecnologia em seu ambiente de trabalho.

Outra observação que gostaria de fazer, diz respeito aos discursos proferidos. Sabendo ser sempre importante relacionar os discursos com o lugar de onde eles partem, lembro que o grupo analisado tem uma característica que, de imediato, fica evidente: são pessoas de alta competência para a prática da leitura da escrita, uma vez que, tais ações (ler e escrever), são parte inerente e substancial da profissão docente. No âmbito desta “comunidade de leitores” (Chartier, 1998), partilham saberes e habilidades, gostos, preferências e hábitos relacionados à

cultura da escrita e da leitura. Isto posto, não significa dizer que suas práticas sejam idênticas, pois, cada um, a partir de suas próprias referências individuais, sociais e históricas, confere um sentido próprio ao que lê e ao que escreve, mais ou menos singular, mais ou menos partilhado.

Dito isto, apresento os sujeitos da pesquisa.

Foram entrevistados quinze (15) professores, com idades variando entre cinqüenta e dois (52) e setenta e um (71) anos de idade. O grupo apresentou como média de idade, cinqüenta e seis (56) anos. Nove (09) são do sexo masculino e seis (06) são do sexo feminino. Treze (13) residem em bairros da zona sul da cidade e dois (02) na zona norte. Quanto ao nível sócio-econômico, oito (08) disseram pertencer à classe média, cinco (05) á classe média-alta, e dois (02) posicionaram-se nos pontos opostos, um (01) disse pertencer à classe média-baixa e o outro se declarou pertencente à classe alta. Foi interessante o seu comentário: “Dado que estou entre o 1% da população mais rica do país, obviamente só posso me considerar classe alta. O brasileiro tem vergonha de falar que é rico”. Treze (13) são casados, dois (02) são padres. Todos têm computadores em casa, dez (10) têm mais de um aparelho, incluindo *laptops*. Todos são professores tanto da graduação quanto da pós-graduação. Quanto à titulação acadêmica, todos têm doutorado, a maioria, doze (12) deles, em universidades fora do país. São todos professores de tempo integral. Eles pertencem a diferentes áreas do conhecimento. A seguir apresento seus nomes (lembrando que são nomes fictícios), idades e áreas do conhecimento à qual pertencem: Luís, 59, (Comunicação Social); Célia, 52, (Educação); Marcelo, 65, (Filosofia); Jofre, 55, (Filosofia); Gilberto, 68, (Matemática); Raquel, 61, (Engenharia Elétrica); Olívia, 63, (Serviço Social); Renata, 54, (Letras); Lúcia, 56, (Serviço Social); Paulo, 59, (Economia); Luana, 54, (Sociologia); Antônio, 71, (Educação); Francisco, 53, (Teologia); João, 71, (Teologia) e Wilson, 52, (Física).

5.4 Os Procedimentos

Com a finalidade de ajustar e definir melhor, tanto o roteiro das entrevistas, quanto as questões a serem abordadas, foram realizadas, no início do ano, duas entrevistas piloto. Na ocasião entrevistei dois professores universitários, um homem e uma mulher; ele, da Engenharia Civil, de uma universidade pública, 53 anos; ela, da Pedagogia, 48 anos, de uma universidade particular.

Também no início do ano, foi realizada uma entrevista exploratória com um funcionário de um dos departamentos da universidade onde foi feita a investigação. Tal entrevista teve como objetivo tomar informações sobre a chegada dos computadores, a reação dos professores, o processo de adaptação das salas, treinamento para o uso das máquinas e outras questões pertinentes. A escolha deste funcionário teve como motivo o fato dele ser o mais antigo deste departamento e, por conta disto, conhecer o histórico do lugar.

Com base nestes depoimentos prévios foi construído o roteiro final das entrevistas.

Foram realizadas quinze entrevistas semi-estruturadas com cerca de uma (01) hora de duração, cada uma. Após o contato inicial, o professor escolhia dia, local e horário que lhe fosse conveniente. Neste primeiro contato eu explicava, brevemente, o tema e os objetivos do estudo. A maioria dos professores contentou-se com esta explicação, outros pediram algo escrito sobre o assunto, era entregue, então, um pequeno resumo da pesquisa a ser desenvolvida. As entrevistas foram todas realizadas na universidade, a maioria na sala do próprio professor, em seu departamento, sendo que, somente duas, foram realizadas em salas de aula, durante o horário vago. Antes de iniciar a entrevista eu deixava claro que preservaria o anonimato dos depoimentos e pedia permissão para usar o gravador.

Concordo com Dauster (1999), que uma das vias para a construção do conhecimento nas investigações de base antropológica é a etnografia, concebida como descrição, observação, trabalho de campo, a partir de uma experiência pessoal. Segundo Lèvi-Strauss, o antropólogo visa elaborar a ciência social do observado, a partir deste ponto de vista, ultrapassando as suas próprias categorias, construindo um conhecimento fundado na experiência etnográfica, na percepção

deste “outro”. Buscando o sentido emergente das relações entre os sujeitos, ele estaria transpondo as suas próprias referências com aquelas do contexto observado. Não se trata de reduzir a etnografia a uma técnica, mas “tratá-la como uma opção teórico-metodológica, o que já implica em conceber a prática e a descrição etnográficas ancoradas nas perguntas provenientes da teoria antropológica”. Segundo essa pesquisadora, a etnografia possibilita traçar um quadro diversificado de comportamentos, atitudes e competências partilhadas diferencialmente, no grupo social a ser abordado. Clifford Geertz (1997), na linha da Antropologia do Ponto de Vista do Nativo indica que todo significado é construído no social e o objetivo do etnógrafo é a sua interpretação. O pesquisador é ele próprio, parte do seu problema, e, sendo assim, deve buscar objetivar suas idiossincrasias e pré-conceitos, para que possa avançar neste trabalho interpretativo e, deste modo, construir conhecimento.

Dentro do enfoque teórico-metodológico adotado, destaca-se o uso do conceito de **cultura**, uma contribuição importante do campo antropológico. Para Geertz (1997), significa as crenças, visões de mundo, significados entrelaçados, idéias e práticas que orientam os indivíduos no seu modo de vida. Gilberto Velho (1978), por sua vez, ao situar a percepção da aceleração das mudanças no mundo contemporâneo, diz que, a construção da identidade, em termos sociais e individuais, bem como a singularidade dos códigos e formas de viver e estar no mundo gerou esta noção de **cultura**. De Velho (ibid), também servirá de apoio, nesta pesquisa, a concepção da situação de entrevista como “pesquisa-diálogo”, e a noção de “estranhamento” do familiar (ibid). Do mesmo modo, levarei em consideração a perspectiva de Queiroz (1998), no que se refere às entrevista, que, para ela, são “situações dialógicas e técnicas de coletas de dados por excelência”, sendo seu exame, dentro de uma perspectiva de busca de padrões sociais, uma tentativa de compreensão deste social nos indivíduos.

Na análise dos relatos dos sujeitos entrevistados, a perspectiva adotada será, portanto, a da “relativização”, além do “estranhamento”, buscando a lógica das representações e ações, assim como padrões de recorrência. Estudos desta natureza vêm buscando “não somente uma abordagem descritiva dos fenômenos sociais, mas, também, a sua captação no plano simbólico, cujo acesso se dá através destas práticas e representações” (Dauster, 2001). As diferenças encontradas são resultado de significações específicas e singulares.